

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
POLO DE TAPEJARA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
MODALIDADE EAD**

**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO  
AMBIENTAL DAS EMPRESAS E DA POPULAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**DEIVA CLÁUDIA RODIGUERO BOLZANI**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

# **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS E DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS**

**POR**

**DEIVA CLÁUDIA RODIGUERO BOLZANI**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública  
– modalidade EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Pública**

**Orientadora: Clandia Maffini Gomes**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

---

© 2011

Todos os direitos autorais reservados a Deiva Cláudia Rodiguero Bolzani. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser com autorização por escrito do autor.

Endereço: Avenida Brasil, n. 1613, Bairro Centro, Sertão, RS, 99170-000

Fone (0xx) 54 3345 1127; Fax (0xx) xxxx xxxx; End. Eletr: [d.claudia@hotmail.com](mailto:d.claudia@hotmail.com)

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Polo de Tapejara  
Curso de Especialização em Gestão Pública  
Modalidade EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a monografia de especialização

**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL DAS  
EMPRESAS E DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS**

elaborada por  
**Deiva Cláudia Rodigero Bolzani**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Pública**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Clandia Mafini Gomes Dr<sup>a</sup>.  
UFSM**

---

**Aline Rocha Dr<sup>a</sup>.  
UFSM**

---

**Gilnei Moura Dr.  
UFSM**

Santa Maria, 08 de Outubro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

São muitas as pessoas que merecem o meu agradecimento:

Agradeço principalmente a Deus, que me guiou e iluminou durante esta caminhada.

Aos familiares, pelo incentivo e apoio, determinantes no transcorrer de todo o curso.

A tutora Aline Rocha, pelo apoio e incentivo no decorrer do curso e principalmente pela amizade.

A professora Clandia Maffini Gomes, que não mediu esforços para que este trabalho tivesse um conteúdo bem fundamentado.

A Mestranda em Administração, Jordana Marques Kneipp, pelas contribuições que enriqueceram o trabalho.

Em todas as coisas da natureza  
existe algo de maravilhoso.

Aristóteles

## **RESUMO**

Monografia

Programa de Pós-Graduação – Especialização em Gestão Pública  
Universidade Federal de Santa Maria

### **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS E DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS**

AUTORA: DEIVA CLÁUDIA RODIGUERO BOLZANI

ORIENTADORA: **Clandia Maffini Gomes**

Data e Local da Defesa: 08/10/2011 - UFSM

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a preocupação ambiental das empresas e dos cidadãos do município de Sertão. Para tanto foram realizadas entrevistas com representantes de empresas da cidade e, ainda, aplicado um questionário junto aos moradores de Sertão/RS a fim de atender ao objetivo proposto. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, teve resultados qualitativos e quantitativos obtidos por meio de um levantamento de dados que, posteriormente foram tabulados e analisados. Como resultado, foi possível constatar que há uma preocupação por parte de todos os partícipes ouvidos para a realização da pesquisa, porém havendo ações isoladas em cada uma das partes, sem haver uma política que os integre no objetivo comum de preservação dos recursos naturais existentes em Sertão/RS. E também com base nos resultados obtidos foram sugeridas ações de preservação ambiental que possam vir a auxiliar a administração pública municipal no que diz respeito à políticas de meio ambiente.

Palavras-chave: Responsabilidade Ambiental; Empresas; Comunidade; Sertão/RS.

## **ABSTRACT**

Monografia

Programa de Pós-Graduação – Especialização em Gestão Pública  
Universidade Federal de Santa Maria

### **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS E DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS**

Autora: Deiva Cláudia Rodiguero Bolzani

Orientadora: Clandia Maffini Gomes

Data e Local da Defesa: 08/10/2011 - UFSM

This study aimed to analyze the environmental concerns of businesses and citizens of the city of Sertão. For both interviews were conducted with representatives of businesses in the city, and also applied a questionnaire to residents of Sertão/RS in order to meet the proposed objective. The research, exploratory and descriptive, qualitative and quantitative results was obtained through a survey of data that were subsequently tabulated and analyzed. As a result, we determined that there is concern by all participants listened to the research, but there are isolated actions in each of the parties, without a policy that integrates the common goal of preservation of natural resources in Sertão/RS. And based on the results obtained have been suggested actions for environmental preservation that may help municipal public administration with regard to environmental policies.

Keywords: Environmental Responsibility, Business, Community, Sertão/RS.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	13
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
2.1 HISTÓRICO.....	14
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	18
2.3 IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	24
<b>3 MÉTODO DO ESTUDO.....</b>	<b>27</b>
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	27
3.2 UNIDADE DE ESTUDO.....	27
3.3 COLETA DE DADOS.....	28
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	28
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>29</b>
4.1 EMPRESAS.....	29
4.2 COMUNIDADE.....	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>47</b>
APÊNDICE A – ENTREVISTA PARA EMPRESAS.....	48
APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA A COMUNIDADE.....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos entrevistados.....	33
Gráfico 2: Sexo dos entrevistados.....	34
Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados.....	34
Gráfico 4: Renda dos entrevistados.....	35
Gráfico 5: Tempo de residência no município.....	36
Gráfico 6: Opinião sobre preservação.....	37
Gráfico 7: Preocupação com a preservação.....	37
Gráfico 8: Responsabilidade pela preservação.....	38
Gráfico 9: Preservação no local de trabalho.....	39
Gráfico 10: Ação realizada e considerada importante.....	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados.....	33
Tabela 2 – Sexo dos entrevistados.....	33
Tabela 3 – Grau de escolaridade.....	34
Tabela 4 – Renda Familiar.....	35
Tabela 5 – Tempo de residência no município.....	35
Tabela 6 – Opinião sobre preservação.....	36
Tabela 7 – Preocupação com a preservação.....	37
Tabela 8 – De quem é a responsabilidade pela preservação.....	38
Tabela 9 – Existência de ação de preservação no local de trabalho.....	38
Tabela 10 – Ação realizada e considerada importante.....	39

# 1 INTRODUÇÃO

O Meio Ambiente está a disposição do homem desde a origem das espécies. Nos primórdios dos tempos, o homem respeitava o meio ambiente, pois o temia, pelo desconhecimento das ocorrências climáticas. Com o passar dos anos, a relação do homem com a natureza começou a se modificar negativamente. Tendo em vista que o homem é o único ser com capacidade de modificar o ambiente em que vive, e movido pelo ideal de desenvolvimento e evolução, ele passou a desrespeitar o meio ambiente e explorá-lo de forma devastadora. Como resultado, o próprio homem está sentindo os efeitos da devastação por ele provocada.

Na visão de Lamóglia e Sermann (2008), o que se observa é que por muito tempo o homem agiu sem antecipar os efeitos que suas ações podiam causar para a humanidade, utilizando-se dos recursos naturais sem ter a percepção da interdependência entre os fatores econômico, social e ambiental que ocasionou danos irreversíveis para o planeta terra.

Porém, com o intuito de reduzir o impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente e, ao mesmo tempo, melhorar a distribuição das riquezas e bem estar entre indivíduos e regiões, surge o conceito de desenvolvimento sustentável que tem como premissa o desenvolvimento no presente sem comprometimento das gerações futuras, levando em consideração que o futuro da humanidade depende da disponibilidade de recursos naturais, materiais e tecnológicos sustentáveis. (HOFF, 2008; CMMAD, 1991).

Nesse sentido, a sociedade como um todo está voltando a sua atenção para os problemas advindos da destruição do meio ambiente. E, para que essa atenção se transforme em uma solução, é necessário o envolvimento de todas as esferas da sociedade, governamentais e não governamentais.

O presente trabalho tem como foco o município de Sertão. O município de Sertão foi criado em 1963, e está localizado na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, em uma região na qual a base econômica é alicerçada na área agrícola, composta por pequenas, médias e grandes propriedades rurais. A economia do município é basicamente voltada para a agricultura. O relevo foi modificado pelas ações do homem em busca de maiores áreas de plantio, algumas matas foram devastadas e muitos morros foram aplainados, houve a drenagem de banhados, o que levou ao extermínio de fontes de água. Alguns cursos de rios foram

modificados e suas margens derrubadas, as coxilhas e ondulações foram moldadas ao longo dos anos de acordo com a necessidade para a exploração agrícola conforme Prefeitura Municipal de Sertão (1996, p. 11).

Pela sua localização no território e pelas características do solo, foi possível a exploração das matas (fauna e a flora) de forma indiscriminada por mais de meio século, modificando aspectos físicos. Neste período, o homem explorou o solo das mais variadas formas, sendo que as queimadas e as lavradas do solo foram os elementos mais prejudiciais a fertilidade do solo. O processo de queimadas era constante, tanto na mata derrubada, como na palha das lavouras, destruindo completamente a camada da matéria orgânica.

Diante desses problemas surgem alguns questionamentos: *Existe uma preocupação da comunidade e das empresas de Sertão com relação as questões ambientais? O que vem sendo feito no município de Sertão com relação aos problemas ambientais?*

A partir destes questionamentos formula-se a questão de pesquisa que norteou este estudo:

As empresas e cidadãos do município de Sertão/RS estão preocupados com as questões ambientais?

## 1.1 OBJETIVOS

Para responder a questão, o estudo possui como objetivos:

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a preocupação ambiental das empresas e dos cidadãos do município de Sertão/RS.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as ações ambientais desenvolvidas pelas empresas e cidadãos do município de Sertão/RS;
- Verificar se nas práticas das empresas de Sertão/RS há ações voltadas às questões de preservação e manutenção dos recursos naturais do Município e;

- Conhecer a opinião de moradores de Sertão/RS sobre as ações de preservação do meio ambiente.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Atualmente, integrantes de uma sociedade não podem fechar os olhos para as agressões ao meio ambiente e não se preocuparem com o futuro ecológico do planeta. Se cada ser humano conseguir contribuir para uma mudança de cultura no que diz respeito à preservação do meio ambiente, é possível ocasionar mudanças.

Este trabalho justifica-se através da preocupação com a questão ambiental. É preciso que cada pessoa se conscientize da importância e que as administrações municipais se mobilizem, através das secretarias municipais, em parceria com a comunidade em geral para buscar alternativas locais, que viabilizem a tomada de decisões e a promoção do desenvolvimento sustentável. E por se perceber que, muitas vezes, os municípios de pequeno porte não conhecem a opinião de seus moradores a respeito de um assunto tão polêmico e atual como a preservação do meio ambiente.

## 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho inicia com um referencial teórico, abordando um breve histórico sobre a preocupação da sociedade com as questões ambientais e a educação ambiental, desenvolvimento sustentável e a importância das questões ambientais para a continuidade da vida no planeta, tendo sempre um foco ambiental.

A seguir é apresentado o método de desenvolvimento do presente estudo.

Após apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos neste estudo, Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A rápida industrialização ocorrida após a guerra e a conseqüente aceleração da urbanização foram determinantes para o futuro ambiental do Brasil, pois no curso deste processo, as regras de proteção ao cidadão e ao meio ambiente foram esquecidas e desrespeitadas. As políticas que apoiavam o desenvolvimento desconsideraram de forma significativa o futuro da humanidade (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Foi somente nos anos 70 que o Brasil começou a perceber o que estava acontecendo com o meio ambiente e passou a se preocupar com as questões relacionadas ao controle da poluição, saneamento e defesa dos recursos naturais, conquistando seu primeiro ato através do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), ao conseguir abastecer com água tratada cerca de 80% da população urbana brasileira. Desde então, as ações de preservação do meio ambiente só aumentaram, mesmo que, muitas vezes, sem muitos resultados (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Segundo Leal, Farias e Araújo (2008), muitos países viveram e ainda vivem problemas semelhantes ao Brasil, porém, são países mais antigos e que começaram antes a pensar nessa questão. Felizmente, os brasileiros estão se dando conta da importância do tema e se envolvendo cada vez mais com as ações que garantam um desenvolvimento sócio-econômico e, ao mesmo tempo, preserve o patrimônio natural do País para as próximas gerações.

Uma questão bem pertinente é relacionada à crise ambiental urbana, que tem preocupado e, conseqüentemente levado a União e sociedade civil a tomarem atitudes sérias e que garantam um desenvolvimento sustentável. (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

O Brasil já reconhece seus problemas ambientais e tem instrumentos legais tanto para resolvê-los como para implementá-los efetivamente. Porém, é preciso acelerar as ações para que a população e os administradores conheçam seus direitos, deveres e responsabilidades para com o meio ambiente. (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008)

Motivados por essa idéia de um desenvolvimento sustentável, alguns estados da União, já dispõem de legislação própria e organismos especializados que, contando com a parceria da sociedade civil, estão elencando as prioridades ambientais.

A consciência de que o meio ambiente é uma responsabilidade vital coletiva ratifica o pressuposto de que a crise ecológica decorre fundamentalmente da ação do homem. Portanto, o princípio fundamental para uma estratégia educativa sustentável deverá considerar a ética da responsabilidade e isto requer uma nova postura teórico-metodológica. (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Para Ordónêz (1992, p. 18), esta responsabilidade sócio-ambiental do homem refere-se à vida, à história do homem e a si mesmo como usuário responsável do ambiente nos diversos contextos de produção e consumo.

Os primeiros seres humanos que habitaram o Planeta enfrentaram inúmeras dificuldades e desafios, pois a natureza era mais poderosa que os homens, e os afetava mais do que era afetada por eles. Eles precisavam saber quais frutos serviam para comer, onde encontrar água durante a seca, como evitar animais selvagens, que plantas serviam para fazer um bom remédio, ou se poderiam ser utilizadas como materiais de construção.

Naquele momento o conhecimento ambiental era também necessário para a proteção contra ataques da natureza e para o melhor aproveitamento de suas riquezas. Esse conhecimento foi sendo repassado de geração em geração, muitas vezes acrescido de novas descobertas, e a interação entre os homens e o ambiente ultrapassou a questão da simples sobrevivência. (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Porém, com a urbanização e evolução da civilização, a percepção do ambiente mudou drasticamente e a natureza passou a ser vista como uma ferramenta a ser explorada pelo homem, que não imaginava que seus recursos eram finitos.

E, a partir da Revolução Industrial, tudo se agravou, pois a exploração desenfreada afetou os mecanismos de sustentação da vida na Terra e causou muitos prejuízos, alguns irreversíveis, ao meio ambiente (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Atualmente a maioria da população vive em centros urbanos. A água limpa sai da torneira e a suja vai embora pelo ralo, o lixo produzido diariamente é levado da frente das casas sem as pessoas terem a mínima preocupação em saber qual o

seu destino. Ou seja, a grande maioria da população não consegue perceber a estreita correlação do meio ambiente com o seu cotidiano. (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Comprovadamente esse modelo de desenvolvimento, intensivo no uso de materiais, movido por combustíveis fósseis, baseado em consumo e despejo incomensurável de resíduos e orientado, principalmente, para o crescimento econômico, atendendo de modo insuficiente as necessidades dos povos, requer mudanças rápidas e drásticas, que efetivamente direcionem o mundo e seus habitantes para uma nova experiência, a do desenvolvimento sustentável, construído segundo as recomendações da Rio-92 (VERAS, 1993).

Segundo estudos, após a reunião histórica no Rio de Janeiro, o mundo começou a responder ao chamado das mudanças - mas apenas de forma experimental e desigual. As medidas adotadas nos anos 90, voltadas para um mundo mais justo e ecologicamente equilibrado, foram poucas, muito lentas ou muito mal aprofundadas (DIAS, 1993).

Em suma, embora a conscientização das questões ambientais e sociais, centrais ao desenvolvimento sustentável tenha indubitavelmente crescido nos anos 90, a nova consciência ainda está por registrar melhorias efetivas quanto à maioria das questões ambientais (DIAS, 1993).

Historicamente falando, no início da década de 60, apesar de os problemas ambientais já mostrarem a irracionalidade do modelo econômico, ainda não se falava em Educação Ambiental, expressão que surgiu em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial de educação de todos os cidadãos.

De lá pra cá, vários são os conceitos forjados para explicar, justificar ou enquadrar essa atuação educativa, tais como a definição acordada no Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, realizado em Moscou, em 1987, que diz que a Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e as comunidades adquirem consciência do seu meio e aprendem os conhecimentos, os valores, as habilidades, a experiência e também a determinação que lhes capacite agir, individual e coletivamente, na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros.

Essa definição revela as aspirações fundamentais, focadas na compreensão da necessidade de se efetivarem na prática as ações até então só presentes nos papéis.

Vinte anos após Estocolmo, quinze depois de Tbilisi e cinco depois de Moscou, chegou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Rio-92), que se transformou em um momento especial também para a evolução da Educação Ambiental. Além dos debates oficiais, dois, entre os incontáveis eventos paralelos, foram marcantes: a "1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental", um dos encontros do Fórum Global atraiu cerca de 600 educadores do mundo todo; e o "Workshop sobre Educação Ambiental" organizado pelo MEC (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

Segundo Dias (1993), três documentos são considerados como as principais referências para a prática da Educação Ambiental, e surgiram em decorrência dos eventos citados anteriormente, sendo eles: Agenda 21, Carta Brasileira para a Educação Ambiental e SISNAMA.

A Agenda 21 subscrita pelos governantes de mais de 170 países que participaram da Conferência oficial, dedicou todo o Capítulo 36 à promoção do ensino, da conscientização e do treinamento. Este capítulo contém um conjunto de propostas que ratificaram, mais uma vez, as recomendações de Tbilisi, reforçando ainda a urgência em envolver todos os setores da sociedade através da educação formal e não-formal. Além disso, a conscientização e o treinamento são mencionados em outros capítulos, já que estas são necessidades que permeiam todas as áreas.

A Carta Brasileira para a Educação Ambiental: produzida no Workshop coordenado pelo MEC, destacou, entre outros, que deve haver um compromisso real do poder público federal, estadual e municipal, para se cumprir a legislação brasileira visando à introdução da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Também propôs o estímulo a participação das comunidades direta ou indiretamente envolvidas e das instituições de ensino superior.

O SISNAMA, nos dizeres do art. 6º da lei nº 6.938, de 31.08.81, com redação dada pela lei nº 7.804, de 18.07.89, constitui-se pelos órgãos e entidades da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo poder público responsáveis pela melhoria da qualidade ambiental. O conceito distingue órgãos e entidades, pois estas são pessoas jurídicas, com

personalidade própria, enquanto órgãos é elemento despersonalizado, incumbido de realizar as finalidades da entidade que pertence.

A estrutura do SISNAMA encontra-se no artigo 3º do decreto nº 99.274, de 06.06.90. Nos seus incisos acham-se o Conselho do Governo (Conama), a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR), O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), os órgãos seccionais, federais, estaduais e finalmente os órgãos municipais. (MEC, 1998).

Saliente-se que pelo texto legal e pela norma regulamentar estão excluídas do Sisnama as pessoas jurídicas alheias a administração pública, como as associações e fundações particulares previstas nos artigos 20 e 24 do Código Civil.

A lei nº. 7.735/89, criou o Ibama, órgão de apoio ao Conama, que objetiva unificar a política nacional do meio ambiente, propondo normas e critérios de licenciamento de atividade efetiva ou potencialmente poluidora e representar para a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público. Deve ainda, representar pela perda ou suspensão de participação em linhas de financiamentos em estabelecimentos de crédito. (MEC, 1998).

A lei 8.028/90 criou no art.12º. a SEMA, que tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a Política Nacional do Meio Ambiente.

Sua estrutura básica é disciplinada em 4 incisos: I-Conama; II-Departamento de Planejamento e Coordenação da Política ambiental; III-Departamento Técnico-Científico e de cooperação; IV-Comitê do fundo nacional do meio ambiente. As decisões são tomadas por um colegiado, sob a direção do SEMAM/PR (MEC, 1998).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento é um grande objetivo que todas as pessoas almejam. Porém, a sociedade foi se desenvolvendo de maneira acelerada, muitas vezes sem se preocupar com as conseqüências de um desenvolvimento sem um planejamento prévio.

Como resultado desse ritmo desenfreado de desenvolvimento em que se busca alcançar lucros rápidos, esqueceu-se de preservar bens comuns a todos que, se destruídos repercutirão na destruição da vida na terra. Para tentar amenizar as graves conseqüências de um desenvolvimento desenfreado, surge o Desenvolvimento Sustentável (CAVALCANTI, 1995).

O Desenvolvimento Sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (1988, p. 8) como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Muitos consideram essa idéia ambígua, permitindo interpretações contraditórias. Porque desenvolvimento pode ser entendido como crescimento e crescimento sustentável é uma contradição, afinal, nenhum elemento físico pode crescer indefinidamente.

Nas propostas apresentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, emprega-se o termo Desenvolvimento Sustentável significando melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Isso implica, entre outros requisitos, o uso sustentável dos recursos renováveis, ou seja, de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação (PNUMA, 1997).

Para Silva e Mendes (2005), a construção do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável está vinculada como o incremento da preocupação da manutenção e existência de recursos naturais e um ambiente propício para continuidade das gerações futuras, reavaliando o ritmo e a forma como o sistema capitalista propunha o desenvolvimento das sociedades.

De acordo com Medina (2003), os maiores problemas da situação ambiental brasileira são decorrentes de falta de acesso a educação, desemprego, miséria, poluição em geral, lixo, desmatamentos e queimadas. Esses problemas trazem conseqüências graves ao meio ambiente.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente(PNUMA, 1997), o Desenvolvimento Sustentável possui nove princípios:

1. Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
2. Melhorar a qualidade de vida humana;
3. Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra;
4. Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis;
5. Permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta Terra;
6. Modificar atitudes e práticas pessoais;
7. Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente;

8. Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação;
9. Constituir uma aliança global.

Para alcançar o Desenvolvimento Sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; é preciso entender qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento.

O crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta. (SATO, 1996)

Segundo Sato (1996), o Desenvolvimento Sustentável tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

1. A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
2. A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
3. A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
4. A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.);
5. A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios);
6. A efetivação dos programas educativos.

Sánchez (2008), define ambiente, no campo de planejamento e gestão ambiental, como algo amplo, multifacetado e maleável. Amplo porque envolve natureza e sociedade. Multifacetado porque pode ser aprendido sob diferentes

perspectivas. Maleável porque, ao ser amplo e multifacetado, poder ser ampliado ou reduzido de acordo com a necessidade de quem o analisa ou interesse dos envolvidos.

O impacto ambiental na maioria das vezes esta associado a algum dano à natureza, derivado de uma situação indesejada. Como por exemplo, a mortandade da fauna silvestre após o vazamento de petróleo no mar ou em rio (SÁNCHEZ, 2008).

A mudança em um parâmetro ambiental, num determinado período e numa determinada área, que resulta de uma dada atividade, comparada com a situação que ocorreria se essa atividade não tivesse sido iniciada. (WATHERN, 1988 apud SÁNCHEZ, 2008, p. 28).

A degradação ambiental, segundo Sánchez (2008), é uma perda ou deterioração da qualidade ambiental, em outras palavras, degradação ambiental corresponde a impacto ambiental negativo.

Outra expressão, aspecto ambiental, de acordo com Sánchez (2008), são situações como a emissão de poluentes e a geração de resíduos que caracterizam aspectos ambientais, ou seja, qualquer elemento que pode interagir com o ambiente. Outros aspectos ambientais típicos são aqueles ligados ao consumo de recursos naturais.

Ao consumir água (recurso renovável), reduz-se sua disponibilidade para outros usos ou para suas funções ecológicas. Ao consumir combustíveis fósseis, seu estoque (finito) é reduzido. O consumo de água ou de combustíveis, uma parte indissociável de um sem-número de atividades, são aspectos ambientais.

O sistema capitalista ao ser comparado com o sistema feudal, em relação à atitude da sociedade face à produção e ao consumo, contribui para o aumento dos aspectos ambientais.

A sociedade feudal buscava submeter racionalidade econômica a um conjunto de restrições de ordem não econômica e/ou altruísta, desde regras detalhadas de apropriação de recursos naturais e especificações técnicas sobre como produzir para garantir uma determinada qualidade, passando pela regulação da quantidade a ser produzida, até a determinação da distribuição do excedente e/ou do preço que seria justo.

O que caracteriza a ascensão das sociedades capitalistas modernas é precisamente a abolição dessas restrições às quais a racionalidade econômica estava subordinada. Portanto, o uso dos recursos, tanto humanos como naturais, passa a ter quase nenhum controle social (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003).

Para Sánchez (2008), o plano de gestão ambiental resultante da avaliação de impactos ambientais é uma ferramenta importante para transformar um potencial em contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável.

Um plano de gestão ambiental cuidadosamente elaborado, e satisfatoriamente implantado por uma equipe competente, pode fazer toda a diferença entre um projeto tradicional e um projeto inovador, entre um projeto no qual se sobressaiam os impactos negativos, ainda que minimizados, e um projeto no qual se destaquem os impactos positivos.

São três as condições para a transformação.

A primeira delas é a preparação cuidadosa do plano de gestão, devidamente orientado para atenuar os impactos adversos significativos, para reduzir as lacunas de conhecimento e as incertezas sobre os impactos reais do projeto.

A segunda é o envolvimento das partes interessadas.

E, a terceira condição para o sucesso de um plano de gestão ambiental é a sua adequada implementação, dentro dos prazos compatíveis com o cronograma do empreendimento.

Dentro do plano de gestão ambiental há o termo “medidas mitigadoras”, ou seja, trata-se de antever quais serão os principais impactos negativos e buscar medidas para evitar que ocorram, ou para reduzir sua magnitude ou sua importância. (SÁNCHEZ, 2008).

O conceito de sustentabilidade ambiental refere-se às condições sistêmicas segundo as quais, em nível regional e planetário, as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais em que se baseiam tudo o que a resiliência do planeta permite e, ao mesmo tempo, não devem empobrecer seu capital natural, que será transmitido às gerações futuras. (MANZINI e VEZZOLI, 2005).

O desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um conjunto de mudanças estruturais articuladas, que internalizam a dimensão da sustentabilidade nos diversos níveis, dentro do novo modelo da sociedade da informação e do conhecimento; além disso, oferece e apresenta uma perspectiva mais abrangente do que o desenvolvimento sustentado, que é

apenas uma dimensão relevante da macroeconomia e pré-condição para a continuidade do crescimento. (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004, p. 14).

Nas propostas apresentadas pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, emprega-se o termo Desenvolvimento Sustentável significando melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Isso implica, entre outros requisitos, o uso sustentável dos recursos renováveis, ou seja, de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação (PNUMA, 1997).

Segundo Novaes (2002), o Brasil não tem um plano de desenvolvimento sustentável, mas sim projetos de investimentos básicos para entrada na economia mundial.

Em resumo os representantes da sociedade brasileira entendem que é preciso modificar o conceito de desenvolvimento baseado no crescimento ilimitado e excludente, para então se chegar a um conceito de sustentabilidade socioambiental, fundado na democracia política, na equidade social, na eficiência econômica e serviço do bem-estar, na conservação ambiental e na diversidade cultural.

O Brasil possui um forte histórico de falta de preocupação com as questões ambientais. Na histórica conferência de Estocolmo (1972), evento que representou o primeiro alerta para o mundo dos graves riscos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento vigente, o representante do governo brasileiro defendeu a tese de que o controle da poluição era um entrave ao progresso e articulou a vinda de indústrias altamente poluidoras, que estavam sendo expulsas de vários países, para a cidade de Cubatão.

Cerca de dez anos após, Cubatão entrou para o mapa das cidades mais poluídas do mundo e, até hoje carrega esta cicatriz. Entretanto, cada vez mais as empresas compreendem que o custo financeiro de reduzir o passivo ambiental e administrar os conflitos sociais pode ser mais alto do que o custo de “fazer a coisa certa”.

O desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente influencia a percepção da opinião pública e da sociedade como um todo, com relações as empresas, dificultando a implementação de novos projetos e a renovação de contratos (MAY, LUSTOSA, VINHA, 2003).

## 2.3 IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

O meio ambiente não é constituído apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sócio-cultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem. No meio ambiente há um intercâmbio de matérias vivas e não vivas. Esse intercâmbio pode acontecer de forma saudável ou prejudicial, dependendo da relação estabelecida.

Com exceção do homem, os demais seres vivos nunca improvisam. Seguem um padrão rígido de construção e não realizam experiências para conquistar um ambiente novo ou alterar sua habitação natural. Ou encontram o ambiente e os materiais necessários ao seu modo de vida ou tendem a desaparecer (CHAGAS, 2003).

Na natureza, só o homem é capaz de improvisar. Aliás, sua capacidade de improvisação não tem limites e ele a usa para mudar seu ambiente de modo a torná-lo mais adequado ao seu tipo de vida. Na busca da satisfação pessoal, o homem passou a agredir o meio ambiente e, com isso, passou a ameaçar a sua própria existência na terra.

Com relação à qualidade de vida e a melhoria ambiental, vem surgindo em muitos países um público consumidor mais consciente do ponto de vista ecológico, associado a um maior interesse por parte de algumas indústrias em fornecer bens de consumo e serviços mais saudáveis ambientalmente (CHAGAS, 2003).

Segundo Chagas (2003), o Século XX foi marcado pela industrialização e o problema ecológico torna-se a principal referência de grande parte da população mundial, em seguida cresceram as atitudes em defesa da natureza.

A Educação Ambiental pode contribuir para modificar as relações entre a sociedade e a natureza, a fim de melhorar a qualidade de vida, propondo a transformação do sistema produtivo e do consumismo em uma sociedade baseada na solidariedade, afetividade e cooperação, ou seja, visando a justa distribuição de seus recursos. (CORRÊA, 2010).

Essa nova concepção parte de um princípio de respeito pela diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classes, etnia e gênero, defendendo, também, a descentralização em todos os níveis e a distribuição social do poder, como o acesso à informação e ao conhecimento. (CORRÊA, 2010).

Uma rápida análise nas Constituições Brasileiras anteriores a de 1988, revela que nada trouxeram de específico no que se refere ao meio ambiente natural. No período Imperial, em 1824 não há qualquer referência a matéria ambiental. No período Republicano, a constituição de 1891, em seu artigo 34, nº. 29 atribuía competência a União para legislar sobre suas minas e terras. (SOARES, 2005).

A Constituição de 1934, em seu artigo 5º, inc. XIX dispunha competência para legislar sobre: “bens de domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, água, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e sua exploração”. Na constituição de 1937, estabelecia que competia a União legislar privativamente sobre os itens citados acima, conforme seu artigo 16, inciso XIV. (SOARES, 2005).

As mais recentes, desde 1946, continuam a se referir à proteção da saúde, sobre a água, florestas, caça e pesca que ensejaram leis protetoras nos referidos códigos, mas sem um enfoque do meio ambiente como sendo um direito pluri-individual, transpondo limites até internacionais (SOARES, 2005).

Inserido no título de Ordem Social, a Constituição de 1988 traz no seu capítulo VI do Título VIII, totalmente dedicado ao Meio Ambiente. A Lei Fundamental reconhece que as questões pertinentes ao meio ambiente são de vital importância para o conjunto de nossa sociedade, seja porque são necessárias para a preservação de valores que não podem ser mensurados economicamente ou porque a defesa do meio ambiente é um princípio constitucional que fundamenta a atividade econômica (CF art. 170, VI).

Em 1954, a Lei Federal nº 2.312 que dispôs sobre normas a defesa e a proteção a saúde dispõe que: "a coleta, o transporte e o destino final do lixo deverão processar-se em condições que não tragam inconvenientes á saúde e o bem estar público, nos termos da regulamentação a ser baixada". E isso se concretizou em 1961, por meio do Decreto nº 49.974-A sob a denominação de Código Nacional de Saúde (SALEK, 2006).

A Agenda 21, conforme já foi abordado anteriormente, uma das mais importantes reuniões de meio ambiente ocorridas após a de Estocolmo, foi reconhecida como sendo um programa a ser implementado neste milênio; foi o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Esse documento, conforme indica o próprio Ministério do Meio Ambiente é um processo de planejamento estratégico participativo. Este processo está sendo conduzido pela

Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional – CPDS (SATO, 1996).

A metodologia de elaboração da Agenda privilegia uma abordagem multissetorial da realidade brasileira, procurando focalizar a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional, teria outra característica que a tornaria também única diante da precedente donde se originou a Declaração sobre o Ambiente Humano: a idéia de uma parceria entre governo, setor produtivo e sociedade civil (SATO, 1996).

## **3 MÉTODO DO ESTUDO**

### **3.1 TIPO DE ESTUDO**

A presente pesquisa possui caráter exploratório, tendo em vista que busca analisar a preocupação ambiental das empresas e dos cidadãos do município de Sertão/RS.

Quanto à abordagem este estudo caracteriza-se como qualitativo e quantitativo. A etapa qualitativa foi realizada por meio de entrevistas com empresas no município de Sertão/RS a fim de entender como elas estão se preocupando com a questão ambiental. De acordo com Motta (1999), a pesquisa qualitativa serve como primeiro passo para o estudo de um fenômeno sobre o qual ainda não se tem idéias bem definidas.

A fase quantitativa foi desenvolvida a partir da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas com a comunidade de Sertão/RS. Para Appolinário (2004, p. 155) o método quantitativo é descrito como uma “modalidade de pesquisa na qual variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente (...) os resultados também são analisados com o uso preponderante de métodos quantitativos (...) Modalidade de pesquisa que investiga fatos”.

A seguir descreve-se a unidade de estudo e como foi realizada a coleta e análise dos dados.

### **3.2 UNIDADE DE ESTUDO**

O diagnóstico sobre a preocupação ambiental no município de Sertão/RS foi realizado de maneira ampla. O levantamento dos dados foi realizado junto a dois grupos de pessoas: as empresas e a comunidade.

A intenção foi verificar como as empresas e a comunidade compreendem e contribuem para a preservação do meio ambiente no município, identificando os pontos fortes e fracos da atuação desses partícipes. Para tanto, foram ouvidos representantes de empresas existentes no município há mais de 10 anos e moradores de Sertão/RS.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Para realizar este estudo, além da revisão bibliográfica, os dados foram coletados através de um roteiro de entrevista, conforme Apêndice A e da aplicação de questionários, apresentado no Apêndice B, como forma de levantar as informações necessárias para atender aos objetivos propostos.

O roteiro de entrevista e questionário foram elaborados de forma a investigar a opinião dos entrevistados sobre a preservação do meio ambiente no município de Sertão, conhecer a realidade e buscar alternativas.

O estudo de campo levou em consideração os diversos segmentos da sociedade, para que, assim, fosse possível analisar a situação de questões ambientais e conseqüentemente a adoção de ações que possam vir a compor uma política ambiental no município de Sertão/RS.

A coleta de informações se deu de forma direcionada a cada público selecionado. Assim, foram escolhidas as cinco empresas mais antigas do município abordadas a partir de um roteiro de entrevista composto por perguntas abertas. E cento e vinte pessoas da comunidade responderam a um questionário que foi elaborado com perguntas de múltipla escolha e, em alguns casos específicos, com solicitação de justificativas para as respostas apresentadas.

### 3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após coletados os dados, foi feita a análise das respostas obtidas. Os dados levantados nas entrevistas foram analisados de forma qualitativa a partir da descrição das respostas das empresas e os dados obtidos nos questionários foram tabulados no programa Excel e quantificados para posterior análise. Com base nos resultados e análises específicas, também foi possível refletir de forma articulada, levando em consideração os dois partícipes investigados.

A seguir, seguem os resultados com breve análise de cada partícipe pesquisado e, posteriormente, uma reflexão global do universo pesquisado a partir da temática proposta.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

No decorrer do trabalho foram entrevistados gestores de 5 (cinco) empresas e aplicados questionários a 120 (cento e vinte) pessoas da comunidade no município de Sertão/RS e os resultados obtidos estão demonstrados a seguir.

### **4.1 EMPRESAS**

A fim de atingir o objetivo do estudo foram realizadas entrevistas em cinco empresas do município de Sertão/RS. Como critérios de seleção das empresas foram escolhidas as que possuem mais de 10 anos de instalações no município, que podem ser consideradas as mais antigas da cidade, denominadas para fins deste estudo como empresas A, B, C, D e E.

Convém ressaltar que por ser um município de pequeno porte e com sua economia baseada principalmente na agricultura, é pequeno o número de empresas.

Diante dos resultados obtidos a partir dos dados coletados junto às empresas, tem-se subsídios importantes para este trabalho.

#### **4.1.1 EMPRESA A**

Esta desenvolve atividades como conserto de pneus, balanceamento, geometria e lavagem. No momento da entrevista o gestor ressalta que possui uma preocupação especial quanto ao consumo de água, pois o mesmo relata que possui uma canalização nas calhas da cobertura da empresa onde a água da chuva é depositada em uma caixa d'água e reutilizada para a lavagem dos veículos e outros serviços, desta forma reduz o valor da conta de água e também reduz a utilização de água das fontes naturais.

#### **4.1.2 EMPRESA B**

Esta desenvolve trabalhos de chapeamento e pintura em veículos e também muitas vezes efetua a pintura de grades para portas e janelas. O gestor desta empresa salienta que no momento que o produto é utilizado no interior do prédio se faz necessário a utilização de máscara, pois a tinta é prejudicial a saúde e no

momento em que é utilizada ao ar livre com pintura em grades de janela acaba agredindo a natureza.

#### 4.1.3 EMPRESA C

Esta desenvolve trabalhos com madeira bruta, assim transformando as toras em tábuas que após o processo de secagem passam para o beneficiamento, transformando-se em móveis, assoalhos, forros e outros. No momento da entrevista o gestor diz que as grades de madeira que são utilizadas para o empilhamento das tábuas com o passar do tempo são encaminhadas para o beneficiamento e substituídas por outras e assim conseqüentemente.

#### 4.1.4 EMPRESA D

Esta desenvolve trabalhos de aberturas em madeira, como também móveis sob medida e outros. O gestor desta empresa ressalta que devido ao fato da mesma estar localizada próximo ao centro da cidade existe uma grande preocupação em relação ao pó gerado pela madeira, pois o mesmo pode vir a prejudicar o ar puro que as pessoas respiram.

#### 4.1.5 EMPRESA E

Esta dispõe de prestação de serviços relacionados a aberturas de ferro e alumínio, grades e cercas de ferro e outros. O gestor diz que há uma preocupação quanto aos pedaços de ferro que sobram após a conclusão dos pedidos, pois os mesmos são reutilizados em trabalhos menores e ainda a sobra destes são encaminhadas ao destino correto e nunca jogados ao lixo.

Nota-se que as empresas entrevistadas possuem ações a favor da preservação do meio ambiente, todas tomadas por iniciativas próprias.

Evidenciou-se que os administradores possuem grande compromisso com a sociedade humana, estão preocupados com a escassez de água de nosso planeta, com a possível falta de energia elétrica e desenvolvem ações visando à reutilização das sobras dos materiais utilizados nas empresas. De modo geral, constatou-se que grades de madeira são reaproveitadas e/ou encaminhadas para beneficiamento; embalagens metálicas, papéis, plásticos e outros materiais são encaminhados para reciclagem; as sobras de tinta são doadas a entidades beneficentes para que estes possam ser reaproveitados e de grande utilidade para aqueles que recebem.

Estas empresas sugerem como ação de proteção e preservação do meio ambiente a distribuição de sementes e mudas para reflorestamento. As escolas do município efetuam uma campanha no dia do meio ambiente, que ocorre da seguinte forma: professores e alunos com a ajuda da Brigada Militar do município ficam na entrada principal da cidade onde efetuam a abordagem dos veículos e entregam aos motoristas uma muda de planta e um folheto no qual constam dicas úteis para a preservação do meio ambiente.

As empresas quando questionadas em relação a possuírem critérios de seleção de fornecedores em função da preservação do meio ambiente, três empresas afirmaram possuir algum critério, sendo que um dos critérios utilizados é a aquisição de produtos de empresas legalizadas. As outras duas que afirmam que não possuem critérios para a seleção de fornecedores, justificaram sua resposta alegando que consideram somente a qualidade e o custo dos produtos a serem adquiridos.

A grande contribuição das empresas foi referente às sugestões dadas quanto às ações que podem ser desenvolvidas no município com vistas à preservação do meio ambiente. Entre elas estão: aumentar as campanhas nas escolas, plantio de árvores, coleta seletiva de lixo, conscientização para canalização correta de esgotos. Em relação aos itens citados, estes exigem apenas vontade e iniciativa, portanto é só agir, não é necessário esperar que a prefeitura faça isso.

O grande problema que se evidenciou foi referente à seleção do lixo gerado nas empresas, a maior reclamação foi quanto à falta de estrutura da empresa terceirizada que realiza a coleta dos resíduos na cidade, pois esta não faz a coleta seletiva anulando assim o serviço de separação de lixo realizado por algumas empresas.

Com relação a essa questão, sobre o lixo, apenas a empresa B respondeu que separa o lixo, o gestor desta empresa diz que enquanto o empregado está separando o lixo poderia estar executando outra tarefa, mas mesmo assim diz efetuar tal procedimento, pois acredita na conscientização das pessoas e também diz estar tranquilo com a sua consciência e fazendo a sua parte em relação à preservação do meio ambiente. Já as demais empresas, alegam que é desperdício de tempo utilizar um funcionário para separar o lixo porque no momento da coleta acabam tendo um único destino e ainda sugerem que na próxima licitação feita pela prefeitura do município, seja exigido no edital e conste no contrato assinado com a

empresa vencedora que a mesma efetue a coleta seletiva do lixo e ainda que seja designada uma comissão de fiscalização acompanhar se o serviço está sendo executado de maneira correta e que se empresa contratada não cumprir com suas obrigações que sejam aplicadas as penalidades cabíveis e amparadas pelo edital, pois no momento em que aceitaram as cláusulas do contrato devem executá-lo.

De modo geral, constatou-se que as empresas entrevistadas estão buscando constantes melhorias e conhecimento relacionado ao meio ambiente e possuem ações ligadas à preservação do meio ambiente, ações estas tomadas por iniciativa própria.

## 4.2 COMUNIDADE

Conforme pesquisa efetuada na comunidade de Sertão/RS foram ouvidas 120 pessoas, todas alfabetizadas e sem possuir propriedade de empresas particulares. Além disso, para a pesquisa foram selecionadas pessoas com idade superior a 16 anos e inferior a 61 anos com mais de 05 anos de residência fixa no município de Sertão/RS.

As cinco primeiras questões permitem traçar o perfil dos entrevistados, e as demais são focadas na preservação do meio ambiente.

A Tabela e o Gráfico 1 mostram a idade dos entrevistados. Ao analisar o Gráfico 1 é possível verificar o percentual dos entrevistados, inclusive destacando sua faixa etária.

**Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados**

<b>Faixa etária dos entrevistados</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
16 a 20 anos	21	17,50
21 a 25 anos	25	20,83
26 a 30 anos	18	15,00
31 a 35 anos	25	20,83
36 a 50 anos	17	14,17
51 a 60 anos	14	11,67
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

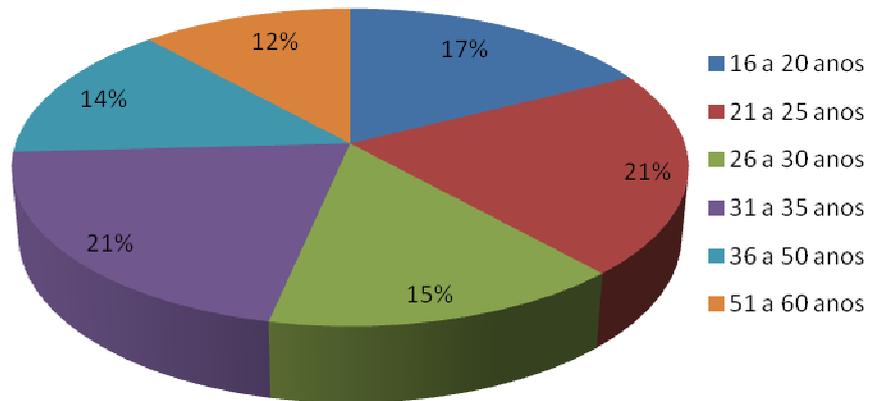


Gráfico 1: Idade dos entrevistados

Constatou-se que a maioria dos entrevistados possui entre 21 e 25 anos e entre 31 a 35 anos.

A Tabela e o Gráfico 2 mostram o sexo dos entrevistados.

Tabela 2 – Sexo dos entrevistados

Sexo	Frequência	%
Masculino	52	43,33
Feminino	68	56,67
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

Conforme o Gráfico 2 foi constatado que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino.

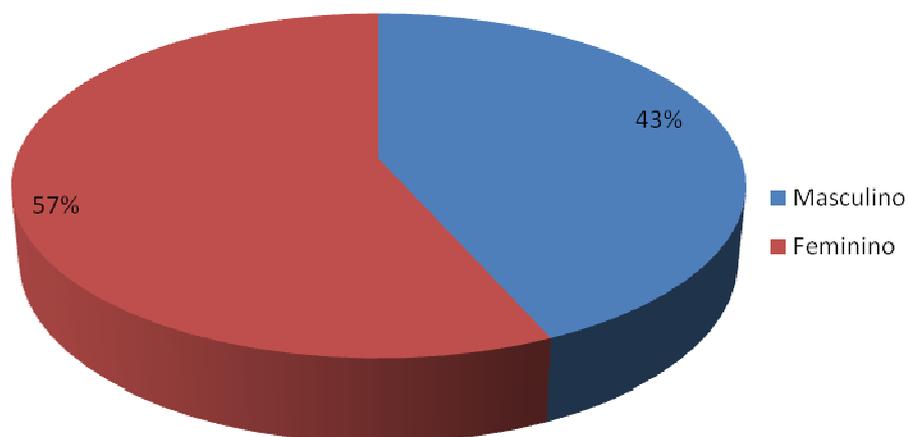


Gráfico 2: Sexo dos entrevistados

Ainda em relação ao perfil dos entrevistados, a Tabela e o Gráfico 3 mostram o grau de escolaridade dos mesmos.

**Tabela 3 –Grau de escolaridade**

<b>Grau de escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	27	22,50
Ensino Médio	31	25,83
Superior Incompleto	25	20,83
Superior Completo	21	17,50
Pós Graduação	16	13,34
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

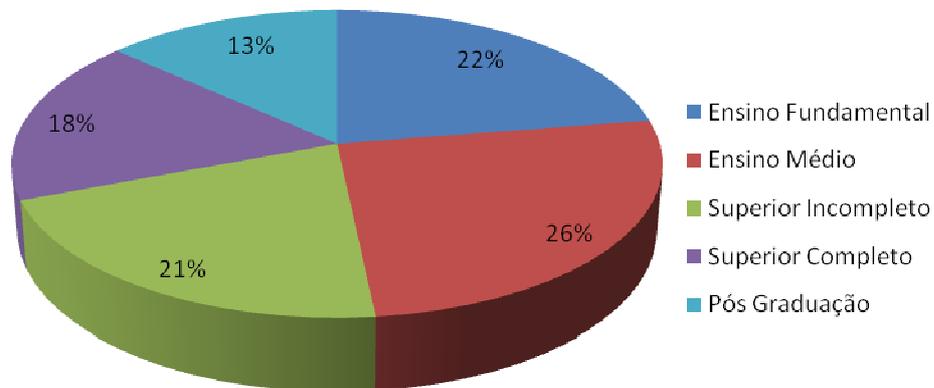


Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados

Evidenciou-se que a maior parte dos entrevistados possui ensino médio.

A renda familiar dos entrevistados está registrada na Tabela e Gráfico 4, refletindo o nível econômico dos mesmos.

**Tabela 4 – Renda Familiar**

<b>Renda Familiar</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Apenas 01 salário mínimo	48	40,00
De 02 a 03 salários mínimos	33	27,50
De 03 a 04 salários mínimos	27	22,50
Acima de 04 salários mínimos	12	10,00
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

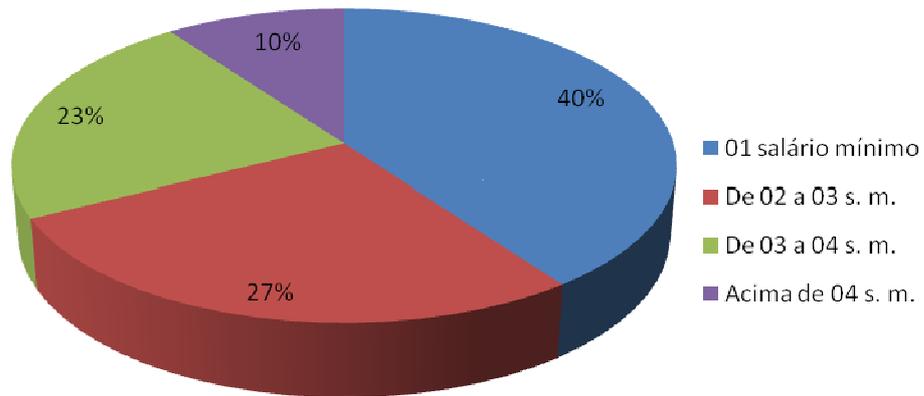


Gráfico 4: Renda dos entrevistados

Com relação a renda dos entrevistados constatou-se que a maioria possui renda familiar de 1 salário mínimo.

Encerrando as questões relacionadas ao perfil dos entrevistados, a Tabela e o Gráfico 5 mostram o tempo e residência dos mesmos no município de Sertão.

Tabela 5– Tempo de residência no município

Tempo de Residência no Município	Frequência	%
De 05 a 10 anos	18	15,00
De 10 a 20 anos	41	34,16
De 20 a 30 anos	33	27,50
De 30 a 40 anos	16	13,34
Acima de 40 anos	12	10,00
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

O Gráfico 5 mostra o tempo de moradia fixa dos entrevistados no município de Sertão/RS.

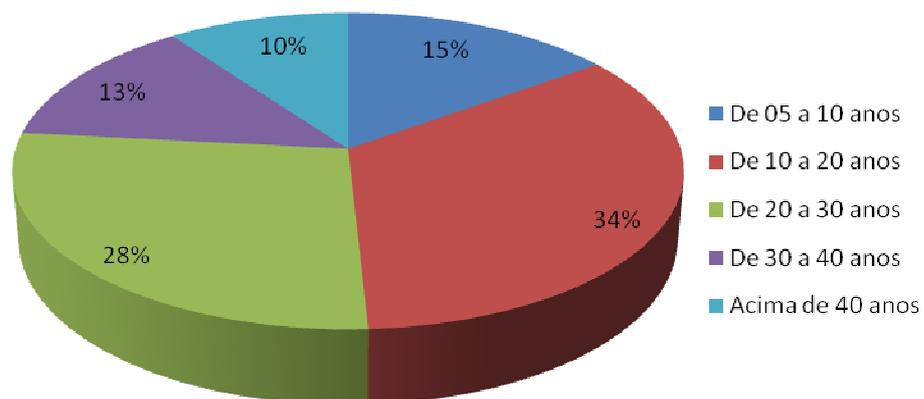


Gráfico 5: Tempo de residência no município

Após a identificação dos entrevistados foram realizadas as perguntas direcionadas às ações ambientais. Dessa maneira, foi possível detectar a importância dada pelos entrevistados a questão ambiental e se os mesmos estão contribuindo de alguma maneira com a preservação do meio ambiente. Além disso, foi questionado se nos locais de trabalho dos entrevistados há algum tipo de ação de gestão ambiental e se no município já foi feito algo em respeito à preservação ambiental.

Primeiramente foi questionada a opinião sobre preservação ambiental, conforme Tabela e Gráfico 6.

**Tabela 6 – Opinião sobre preservação**

<b>A preservação do meio ambiente e recursos naturais é</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Fundamental		63,33
Não me preocupo	76	3,33
É problema das futuras gerações	04	10,00
Considero importante, mas não me envolvo em ações efetivas de preservação	12	23,34
	28	
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

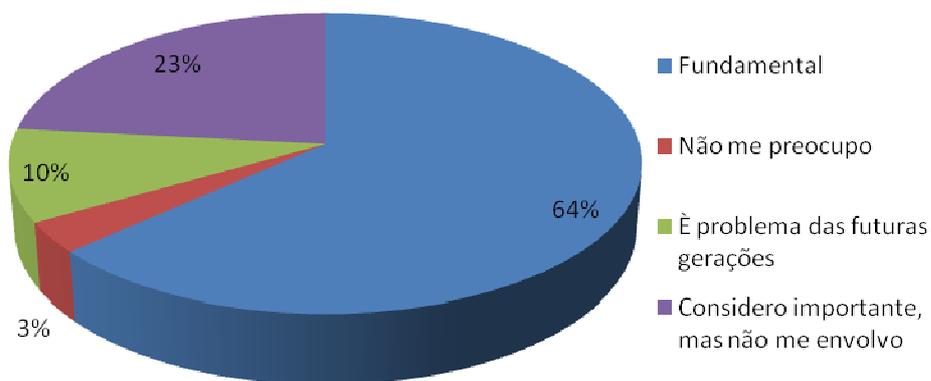


Gráfico 6: Opinião sobre preservação

A maioria dos entrevistados considera fundamental a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A Tabela e o Gráfico 7 retrata a preocupação dos entrevistados com a preservação.

**Tabela 7 – Preocupação com a preservação**

Você se preocupa com a preservação ambiental	Frequência	%
Sim	112	93,33
Não	08	6,67
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

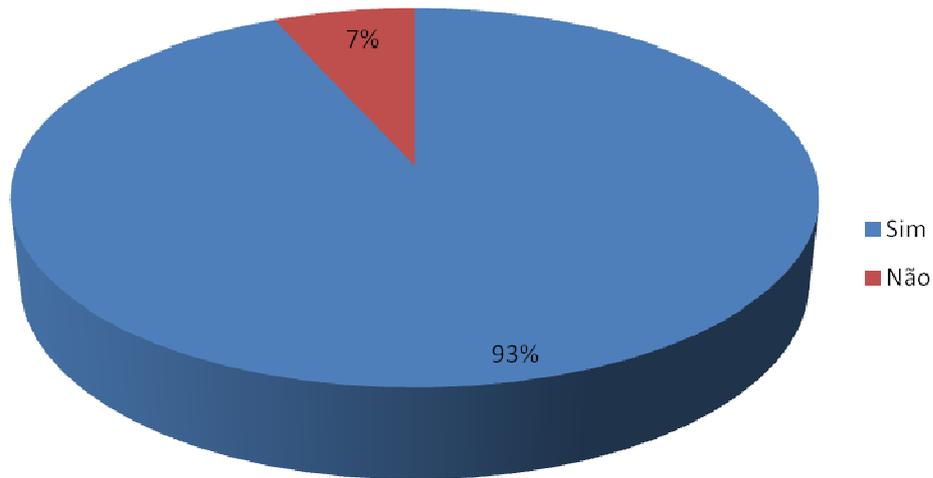


Gráfico 7: Preocupação com a preservação

A maioria dos entrevistados afirma se preocupar com a preservação ambiental.

A opinião dos entrevistados sobre a responsabilidade pela preservação está registrada na Tabela e Gráfico 8.

**Tabela 8 – De quem é a responsabilidade pela preservação**

De quem a responsabilidade pela preservação do meio ambiente	Frequência	%
Sociedade em Geral	82	68,33
Empresas	25	20,83
Estado/Poder Público	13	10,84
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

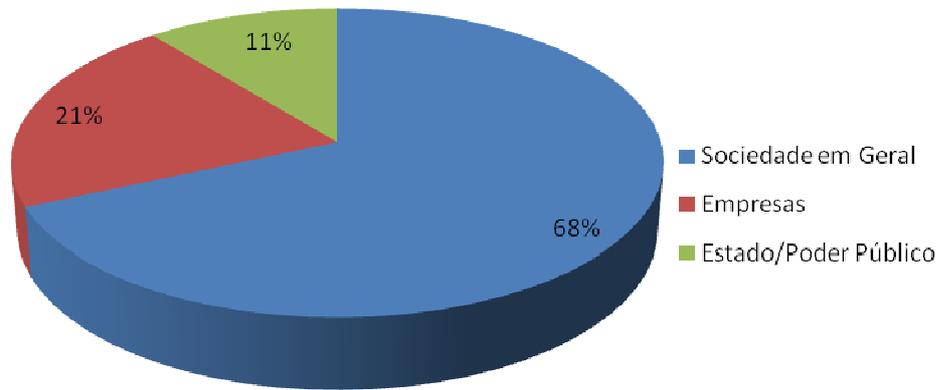


Gráfico 8: Responsabilidade pela preservação

Os entrevistados em sua maioria acreditam que a responsabilidade pela preservação ambiental é da sociedade em geral.

Os entrevistados foram questionados sobre a existência ou não de alguma ação de preservação no local de trabalho, conforme Tabela e Gráfico 9.

**Tabela 9 – Existência de alguma ação de preservação no local de trabalho**

Ação que visa a preservação do meio ambiente	Frequência	%
Sim	78	65,00
Não	42	35,00
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

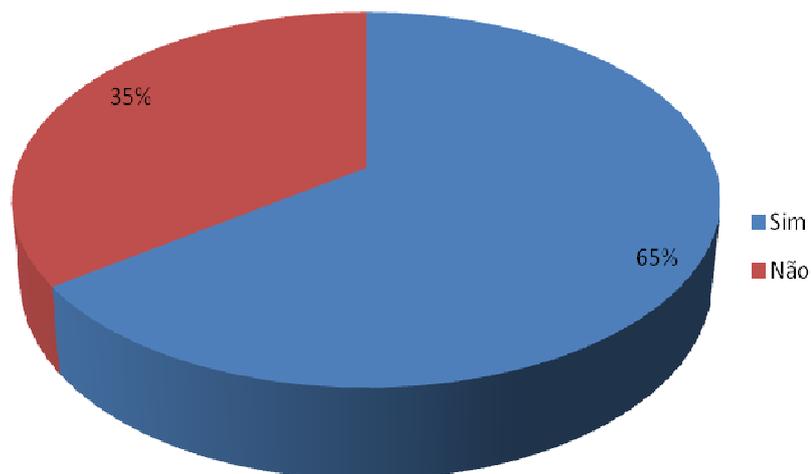


Gráfico 9: Preservação no local de trabalho

Constatou-se que no local de trabalho da maior parte dos entrevistados existe alguma ação de preservação ambiental.

A Tabela e Gráfico 10 mostram o que está sendo feito, na prática, pelos entrevistados, para preservação do meio ambiente.

**Tabela 10 – Ação realizada e considerada importante**

O que você faz e acredita ser importante para preservação do meio ambiente	Freqüência	%
Separa o Lixo	37	30,83
Economizar Recursos Naturais	28	23,33
Evitar o desperdício de água	31	25,84
Plantar árvores	24	20,00
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

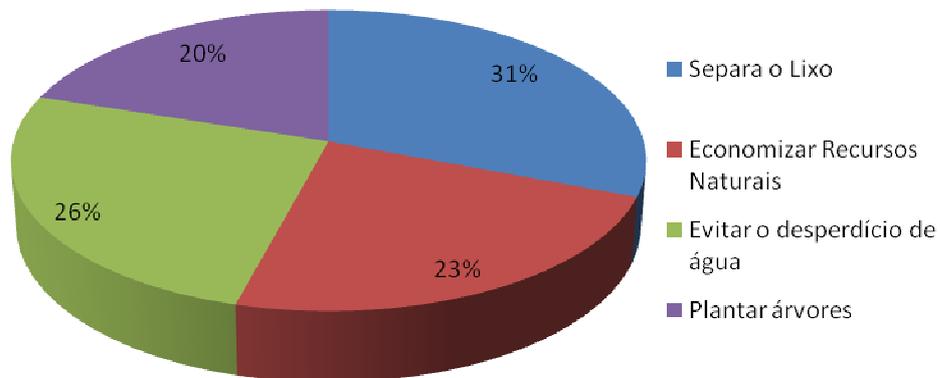


Gráfico 10: Ação realizada e considerada importante

Os entrevistados relataram praticarem ações de preservação ambiental, tais como: separação do lixo, economizar água, economizar os recursos naturais, plantar árvores.

Com base nos dados coletados, Sertão/RS mostra-se jovem, não só pela faixa etária dos entrevistados, mas também pelo tempo de residência das pessoas na cidade. Isso mostra que, em tese, a cidade ainda não apresenta os grandes problemas que assolam as metrópoles, mas que se não houver uma ação de prevenção isso pode vir a acontecer no futuro. Então, essa “jovialidade” deve ser encarada como estímulo para agir enquanto é tempo.

Ainda em relação ao perfil, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, possui ensino médio e renda de um salário mínimo. Ressalta-se que e apenas 12% recebe mais de quatro salários mínimos mensais.

A baixa escolaridade se reflete no desconhecimento dos termos ligados ao meio ambiente, ou ainda desinformação sobre o que seriam as ações de

preservação. E se o povo desconhece as ações do Estado prova que ele não pensa que a responsabilidade de preservação do meio ambiente é de todos.

No entanto, deve-se levar em consideração que as pessoas quando questionadas sobre as ações de preservação ambientais politicamente corretas que desenvolvem, nem sempre fazem aquilo que dizem, portanto, não há uma constatação de que as ações realmente existam. Os dados mostraram que 88% dos entrevistados contribuem individualmente com atitudes de preservação, o que aparenta ser um número muito alto.

Pode-se perceber que a maioria dos entrevistados respondeu que a preservação ambiental é fundamental. Alguns dos entrevistados afirmam que consideram importante a preservação ambiental, porém não se envolvem com ações efetivas de preservação. Além disso, foi respondido pelos entrevistados que a responsabilidade da preservação ambiental é principalmente da sociedade em geral e logo em seguida aparece as empresas como segunda colocada no quesito de responsabilidade com o meio ambiente. Poucos acreditam que a responsabilidade seja do Estado/Poder Público. Assim, uma minoria dos entrevistados respondeu que a preservação ambiental é problema de gerações futuras e nenhum entrevistado indicou que não possui essa preocupação.

Conforme os dados a maioria dos entrevistados diz que em seus locais de trabalho existe algum tipo de preservação ambiental.

Outros dados apontam que os indivíduos que dizem contribuir com a preservação ambiental, realizam ações tais como: separação do lixo, economia dos recursos naturais, evitar o desperdício de água, utilizam álcool biocombustível, plantam árvores, reduzem desperdícios, reaproveitam e reciclam.

Os maiores problemas destacados pelos entrevistados, existentes no município de Sertão foram: a maioria das empresas e casas da cidade não possui estação de tratamento corretos para a não poluição e o despejo dos dejetos (resíduos industriais e esgotos domiciliar) são largados diretamente nas boca de lobo causando mau cheiro nas ruas, sem o devido tratamento; a falta de coleta de lixo seletiva; Investimento cultural para preservação do meio ambiente; aproveitamento de lixo selecionado.

E, para tentar solucionar esses problemas os entrevistados elencaram algumas sugestões, como: campanha nas escolas, nas turmas de base, pois bons hábitos se aprendem desde a infância; coleta seletiva de lixo; plantio de uma árvore

para cada pessoa nascida na cidade; conscientização de todos quanto a canalização correta de esgoto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas a preservação ambiental não devem ser encaradas apenas como um modismo. É necessário que toda a sociedade se conscientize da importância dessa questão e comece, de forma séria a buscar alternativas.

O homem possui grande responsabilidade pela destruição da natureza e vem fazendo isso há muito anos. Nesse sentido, é preciso começar a mostrar alternativas para solucionar o problema e deixar um legado positivo para o futuro.

Através da pesquisa realizada, foi possível analisar a preocupação ambiental das empresas e dos cidadãos do município de Sertão/RS.

Verificou-se que as pessoas entrevistadas no município de Sertão/RS dizem desenvolver ações de preservação ambiental.

Por meio dos dados coletados foi possível, de certa forma, sensibilizar as pessoas ao serem abordadas para responder as questões. Além disso, ao entrevistar as empresas selecionadas, foi despertada a consciência das mesmas em aspectos ligados à preservação ambiental.

Verificou-se que as empresas entrevistadas dizem executar algum tipo de ação de preservação ambiental, porém, deve-se levar em consideração que por se tratar de uma pesquisa que aborda aspectos relevantes à preservação do meio ambiente, em alguns casos, isso pode intimidar o entrevistado, fazendo com que ele diga que é ambientalmente responsável temendo ter sua imagem prejudicada.

A população precisa ser mais participativa e as empresas, por pertencerem a um mundo competitivo, é primordial possuírem ações em prol do meio ambiente, e a consciência de que elas podem ser fontes de informação para a administração municipal na hora de propor ações de preservação. Assim, Sertão/RS poderá se destacar entre os municípios do estado como sendo responsável ambientalmente, melhorando sua imagem e a estima do seu povo.

Como resultado, foi possível constatar que há uma preocupação por parte de todos os partícipes ouvidos para a realização da pesquisa, porém havendo ações isoladas em cada um das partes, sem haver uma política que os integre no objetivo comum de preservação dos recursos naturais existentes em Sertão/RS.

É urgente e necessário que o Poder Público local se mobilize e, juntamente com a população em geral e empresas do município comece a buscar uma forma de efetivar as mudanças necessárias.

Os problemas considerados mais urgentes foram elencados pelos entrevistados e algumas sugestões foram dadas. É preciso unir forças e começar a trabalhar por um futuro melhor para o meio ambiente de Sertão e, conseqüentemente, para a população.

## REFERÊNCIAS

Agenda 21 Brasileira. **Ações Prioritárias**. 2 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 – 17 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira - Bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, 1995.

CHAGAS, W. K. **Avaliação dos Objetivos Gerais de Programa de Educação Ambiental em Empresas Privadas no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências – Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1543/000350945.pdf?sequence=1>>

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1991.

CONAMA. Subsídios para formulação de uma política nacional de resíduos sólidos. Brasília: CONAMA, 1997.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 1992. Agenda 21. Curitiba: IPARDES, 1997.

CORRÊA, M. A. S. **Educação Ambiental**. Uma possível alternativa para a construção da Cidadania. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado em Educação. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2530](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2530)>

DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. In: [http://www.ibram.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=12943](http://www.ibram.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=12943), 1993.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders**: a proposição de uma estrutura analítica. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LAMÓGLIA, L. B.; SERMANN, L. I. C. A importância do pensamento sustentável nas organizações. In: Seminário sobre sustentabilidade, 03, 2008, Curitiba - PR. **Anais**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2008. Disponível em <[http://www.fae.edu/seminario\\_sustentabilidade](http://www.fae.edu/seminario_sustentabilidade)>. Acesso em 08 de maio de 2010.

LEAL, Georla C. S.; FARIAS, Maria S. S.; ARAÚJO, Aline de Farias. O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano. **QUALIT@S Revista Eletrônica**, v. 7, n.1. 2008.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MAY, P.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do Meio Ambiente**. Teoria e Prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MEC BRASIL. **Carta brasileira para educação ambiental**. Workshop de Educação Ambiental. Rio de Janeiro (mimeo).

MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais** – convívio social e ética – meio ambiente. Brasília: IBAMA, 1996.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. **Educação Ambiental** – Uma Metodologia Participativa de Formação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOTTA, P. C. **Serviços**: pesquisando a satisfação do consumidor. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 1999.

NOVAES, W. **A Década do Impasse**. Da Rio-92 à Rio+10. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002.

ORDÓÑEZ, J. El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. *Práxis: Ética e Meio Ambiente*. Costa Rica: Universidade Nacional, Departamento de Filosofia, n.43-44, out. 1992 apud CARNEIRO, Sônia

Maria, M. **A dimensão ambiental da educação escolar de 1ª. - 4ª. séries do ensino fundamental na rede escolar pública da cidade de Paranaguá**. Dissertação de doutorado em Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL SERTÃO. Arquivo histórico. 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. 1997.

SALEK, Jaciara Mota. **Um Estudo da Legislação Ambiental Brasileira Sobre Resíduos Sólidos Urbanos**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental – Mestrado em

Engenharia Civil - Saneamento Ambiental. Fortaleza, 2006. Disponível em:  
[http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=333](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=333)

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental**. Conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SATO, M.; SANTOS, J. E. **Agenda 21 em sinopse**. 41 p. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

SILVA, C. L. da.; MENDES, J. T. G. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

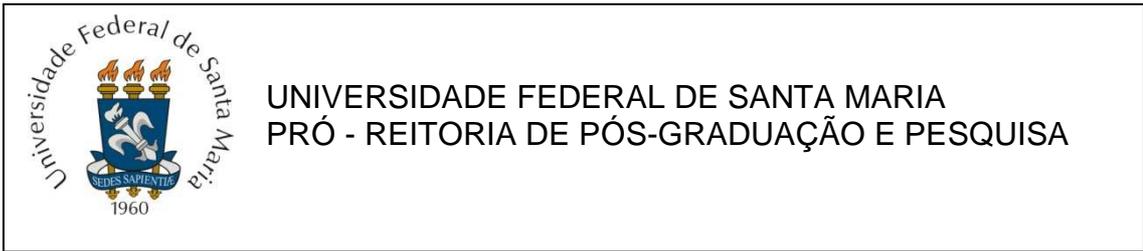
SOARES, G. F. S. **Direito Ambiental**. São Paulo: Manole, 2005.

UNESCO/PNUMA. 1977.

VERAS, B. **Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro: uma política espacial para o desenvolvimento nacional equilibrado**. Brasília, Congresso Nacional. Comissão Especial Mista (Parecer do Relator), 1993.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – ENTREVISTA REALIZADA COM AS EMPRESAS**



Entrevista com os gestores das empresas:

1. A empresa possui algum tipo de ação em favor do meio ambiente.

---

---

---

2. Se possui alguma ação voltada à preservação do meio ambiente, por que a faz ?

---

---

---

3. A empresa possui algum critério de Seleção de Fornecedores em relação à preservação do meio ambiente?

---

---

---

4. Em seu ponto de vista qual o maior problema ambiental existente em nosso município?

---

---

---

5. A empresa possui algum produto/serviço que possa causar danos ao meio ambiente?

---

---

---

6. Qual o destino dado ao lixo gerado pela empresa?

---

---

---

## APÊNDICE - B - QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
PRÓ - REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Entrevista com a comunidade Sertanense:

### Dados de Identificação do Entrevistado

#### 1. Faixa Etária

- 16 a 20 anos ( )  
 21 a 25 anos ( )  
 26 a 30 anos ( )  
 31 a 35 anos ( )  
 36 a 50 anos ( )  
 51 a 60 anos ( )

#### 2. Sexo

- Masculino ( )  
 Feminino ( )

#### 3. Grau de Escolaridade

- Ensino Fundamental ( )  
 Ensino Médio ( )  
 Superior Incompleto ( )  
 Superior Completo ( )  
 Pós Graduação ( )

#### 4. Renda Familiar

- Apenas 01 salário mínimo ( )  
 De 02 a 03 salários mínimos ( )  
 De 03 a 04 salários mínimos ( )  
 Acima de 04 salários mínimos ( )

5. Há quantos anos reside em Sertão?

de 05 a 10 anos ( )

de 10 a 20 anos ( )

de 20 a 30 anos ( )

de 30 a 40 anos ( )

acima de 40 anos ( )

6. Sob seu ponto de vista, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais é:

( ) Fundamental

( ) Não me preocupa

( ) É problema das futuras gerações

( ) Considero importante, mas não me envolvo em ações efetivas de preservação

7. Você se preocupa com a preservação ambiental?

( ) Sim

( ) Não

8. Em seu ponto de vista, quem é responsável pela preservação do meio ambiente?

( ) Sociedade em geral

( ) Empresas

( ) Estado/ Poder Público

9. Em seu local de trabalho existe algum tipo de ação que visa à preservação com o meio ambiente?

( ) Sim

( ) Não

10. Em relação às opções abaixo, o que você faz e acredita ser importante para preservação do meio ambiente?

( ) Separação do lixo

( ) Economizar recursos naturais

( ) Evitar o desperdício de água

( ) Plantar árvores